



## **Os Estados membros da ONU não devem abandonar o tratado sobre empresas e direitos humanos**

16 de março de 2022

À medida que o poder das corporações cresce, também deveria crescer sua responsabilidade em relação aos direitos humanos e ao nosso planeta. No entanto, a realidade é que, em todo o mundo, os danos aos direitos das pessoas por meio de atividades de negócios continuam a ocorrer com impunidade. É por isso que em 2014 o Conselho de Direitos Humanos da ONU iniciou [um processo](#) para estabelecer um tratado para regular as corporações transnacionais sob o direito internacional dos direitos humanos. Um [relatório](#) sobre a última rodada de negociações desse tratado entre os Estados que se reuniram em um grupo de trabalho dedicado deve ser entregue no dia 16 de março.

Enquanto o Conselho de Direitos Humanos considera o relatório, uma coalizão internacional da sociedade civil está se levantando contra as tentativas de minar esse processo crucial. Antecipando a próxima rodada de negociações em outubro, pedimos a você que [apoie nossos esforços](#) para fazê-lo nos próximos meses. Se realmente queremos proteger a dignidade humana e nosso planeta, precisamos de um instrumento juridicamente vinculante para as corporações transnacionais.

Vários Estados poderosos – principalmente aqueles que sediam grandes corporações – até agora se recusaram a se envolver construtivamente com esse processo. Agora estão tentando impor a sua opinião a outros Estados. Ao fazer isso, eles estão ignorando o progresso feito durante os últimos sete anos e a extrema necessidade de ação que a realidade exige.

A maioria desses Estados apontou alternativas existentes, como os *Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos*, como sendo suficientes. No entanto, repetidamente, essas estruturas voluntárias se mostraram inadequadas para prevenir ou remediar abusos de direitos humanos por parte das empresas.

Nos últimos anos, a Franciscans International trabalhou para chamar a atenção para a situação das vítimas que buscam justiça em casos relacionados à mineração, como [Brumadinho \(Brasil\)](#), [Arica \(Chile\)](#), [Marinduque \(Filipinas\)](#), e [Kabwe \(Zâmbia\)](#), onde a combinação de negligência corporativa e supervisão fraca do governo causaram danos duradouros e devastadores.

Em países como [Guatemala](#), [Colômbia](#), [El Salvador](#), [Indonésia](#) e [República Democrática do Congo](#), os franciscanos e seus parceiros se manifestaram diante da ameaça do acesso à água e de outros direitos humanos por projetos industriais de grande escala. Na maioria dos casos, as empresas foram autorizadas a evitar a responsabilidade total por seus delitos usando diferentes brechas legais. Enquanto isso, o dano que eles causaram provavelmente será sentido por gerações.



# Franciscans International

A voice at the United Nations

Muitas vezes, as violações dos direitos humanos já ocorrem durante os estágios iniciais dos projetos extrativistas, com as comunidades mantidas no escuro sobre os impactos e riscos totais e excluídas dos supostos benefícios. É por isso que o “consentimento livre, prévio e informado” é uma das principais questões abordadas em nossas recentes [fichas informativas sobre direitos humanos e povos indígenas](#). É também por isso que a FI está trabalhando em estreita colaboração com vários especialistas em direitos humanos da ONU nesta questão, por exemplo, contribuindo para o desenvolvimento do [“ciclo de megaprojetos”](#) do ex-Relator Especial sobre os direitos à água e ao saneamento, que ajuda as comunidades a navegar nesses processos.

No entanto, o simples fato é que todos esses esforços só podem ter um impacto limitado sem um tratado abrangente da ONU. Desde 2014, a Franciscans International tem apoiado as negociações, tanto fornecendo suporte técnico quanto trazendo [representantes das comunidades afetadas](#) à ONU para que possam compartilhar seus testemunhos. Todavia, sete anos depois, encontramos-nos numa encruzilhada.

A próxima sessão do grupo de trabalho da ONU responsável pelas negociações, em outubro de 2022, provavelmente será um momento crítico para esse processo. Essa luta pela responsabilidade corporativa foi e continuará sendo um esforço coletivo. Se você quiser fazer parte dessa luta, convidamos você a [se inscrever em nossa lista especial de emails](#) para que possamos mantê-lo informado sobre novos desenvolvimentos e informá-lo sobre as ações que você pode tomar quando chegar a hora!